

# Superior Tribunal de Justiça

## EDcl no ARE no RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.352.008 - CE (2018/0217679-4)

**RELATORA** : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
**EMBARGANTE** : VISAO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA  
**ADVOGADOS** : RAFAEL CARNEIRO DE CASTRO - CE017275  
WILSON EMMANUEL PINTO PAIVA NETO - CE023847  
**EMBARGADO** : MARIA DA PENHA EMERLI MADEIRA  
**ADVOGADOS** : MOZART GOMES DE LIMA NETO - CE016445  
BRUNO DE ALMEIDA PINHEIRO LIMA - CE019016  
MARCELA DE ALMEIDA PINHEIRO PAIVA CARVALHO - CE018615  
TASSIA GOMES DIAS - CE027600

### DESPACHO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por VISÃO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, contra acórdão prolatado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça.

O recurso extraordinário teve seguimento negado, por aplicação dos Temas 339, 660 e 181, todos do STF. (fls. 1.492/1.497)

Interposto agravo em recurso extraordinário, este não foi conhecido pela Corte Especial, por ser manifestamente incabível essa modalidade recursal contra decisão que nega seguimento a recurso extraordinário. (fls. 1.565/1.566)

O trânsito em julgado do feito foi certificado em 21.08.2019. (fl. 1.578)

Agora, a parte opõe embargos declaratórios, onde alega que haveria omissão, visto que o STJ não teria enviado o agravo em recurso extraordinário ao STF, mesmo sendo obrigado a fazê-lo, consoante artigo 1.042, §§ 4º, 7º e 8º, do Código de Processo Civil e enunciado 727 da Súmula do STF. No mais, pleiteia a aplicação do princípio da fungibilidade, requerendo o conhecimento do ARE como agravo interno.

É o resumo do caso.

Preambularmente, consigna-se a impossibilidade de qualquer provimento positivo ou negativo no caso em tela, tendo em conta o exaurimento da prestação jurisdicional junto ao Superior Tribunal de Justiça. De fato, consoante se observa da certidão de fl. 1.578, já houve a certificação do trânsito em julgado da demanda, não havendo possibilidade da análise dos embargos, o qual só tem efeito integrativo, notadamente após o término efetivo da demanda.

Outrossim, não há qualquer desobediência às normas citadas pelo peticionário, visto que *in casu* não houve INADMISSÃO do recurso extraordinário, mas sim, NEGATIVA DE SEGUIMENTO ao apelo, havendo tratamento legal diverso quanto a cada uma das situações.

No mais, observa-se a clara recalcitrância da parte e o seu manifesto intento de rejugamento de causa, com argumentos vazios que visam, apenas, à postergação do fim natural do processo, proceder esse inadmissível, à luz do que preceituam os primados da lealdade e boa fé processual.

Feitas tais considerações, e especialmente em razão do esgotamento da jurisdição do STJ, informe-se ao peticionário que **nada há a prover**.

**Determino, ainda, o arquivamento imediato de quaisquer outras**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência.  
Baixem-se os autos caso ainda se encontrem no STJ.**

Publique-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente

